

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [powolivre@psd.pt](mailto:powolivre@psd.pt)

## Marques Mendes Presidente do PSD



*Pag.8 e seguintes*

# Guilherme Silva sobre o referendo "Europeu"

No passado dia 7, o deputado Guilherme Silva proferiu uma intervenção no âmbito do futuro referendo sobre o tratado constitucional europeu, afirmando:

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a opção europeia de Portugal, que teve a sua primeira grande afirmação formal e solene com o acto de adesão à então Comunidade Económica Europeia, não só esteve, desde sempre, associada ao processo de democratização do país, desencadeado com a Revolução de Abril de 74, como tem também merecido, desde sempre, um largo consenso na sociedade portuguesa, expresso, aliás, na convergência que, em matéria europeia, se tem registado entre os dois grandes partidos, que são alternativa de poder em Portugal – o PS e o PSD.

A verdade, porém, é que, ao contrário do que, há muito, vem acontecendo em muitos dos nossos parceiros da União Europeia, nunca se procedeu, em Portugal, a consulta popular directa sobre qualquer dos instrumentos que tem introduzido alterações no quadro da organização, funcionamento e competências das instituições da União Europeia.

Por certo, que a circunstância da nossa Constituição não consentir que sejam directamente referendados tratados, não é alheia a tal facto.

E isto aconteceu mesmo perante a circunstância de termos sido já obrigados a rever a nossa Constituição, para podermos ratificar as alterações introduzidas aos tratados institucionais europeus, pelo Tratado de Maastricht.

Não era, pois, compreensível, nem democraticamente aceitável que o Estado Português continuasse a dar anuência a alterações institucionais, de especial relevo, na União Europeia, sem uma consulta popular directa, por via de referendo.

Foi esta a posição que, desde sempre, assumimos, com clareza, a propósito do novo Tratado Constitucional Europeu.

Não há nada melhor, do que recordar a intervenção que proferi sobre esta matéria, nesta Câmara, na altura própria, e mais precisamente em 8 de Outubro de 2003, altura em que afirmei:

“É preciso ser-se consequente, e se o PSD insistiu, durante longos anos, e logrou, por fim, obter, a custo, a anuência do PS para introduzir a figura do referendo na Constituição, com certeza que, não o fez, como, aliás, já demonstrámos no passado, com o sentido de criarmos mais um mero adorno constitucional.

“E se há matérias que justificam uma consulta popular, por via do referendo, é sem dúvida a das inovações mais relevantes que venham a ser introduzidas na arquitectura e funcionamento da União Europeia, pelo Tratado Constitucional Europeu.

## “É preciso fazer um referendo europeu”

“É preciso fazer um referendo europeu.

“Não contem connosco para dar este passo, sem dúvida importante para a construção da Europa, mas também, por isso, decisivo para o nosso futuro colectivo e para a nossa afirmação no concerto europeu, sem a directa auscultação dos portugueses.

“Nunca tivemos medo de ouvir os portugueses e não o temos também agora!”

Deixámos, pois claro, já então, que se o novo Tratado Constitucional Europeu introduzisse alterações relevantes no funcionamento das instituições europeias, e consequentemente, modificações importantes no quadro jurídico institucional em que Portugal tem estado integrado, enquanto membro de pleno direito da União Europeia, que condicionáramos a ratificação do novo



Tratado, à prévia consulta dos portugueses.

Admitia-se, então, que o Tratado Constitucional em causa pudesse ser concluído antes das últimas eleições para o Parlamento Europeu e, daí, que tivéssemos, já na altura, colocado a questão da revisão da Constituição, para que fosse possível a realização simultânea do referendo ao Tratado Constitucional Europeu e as eleições europeias.

O impasse em que se caiu, no complexo processo de elaboração e de negociação do Tratado, não permitiu, então, a sua conclusão.

Tal impediu a avaliação da extensão e relevância das alterações introduzidas, em termos de se concluir pela necessidade ou não do referendo. Por isso comprometeu-se também a possibilidade de se introduzirem as necessárias alterações na Constituição, no âmbito da revisão ordinária então em curso.

Certo é que, como aqui foi recordado pelo Senhor Deputado Marques Guedes, aquando do debate do programa do Governo, a possibilidade de efectuar, cumulativamente eleições e referendo mereceu a mais veemente recusa e reprovação do Partido Socialista e do seu Líder Parlamentar.

Significa isto que, a prioridade dada pelo Senhor Primeiro-Ministro no sentido de efectuar o referendo ao Tratado Constitucional Europeu na mesma data e em conjunto com as Eleições Autárquicas, terá a mais veemente discordância do seu número dois – o Super Ministro António Costa.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, concluído o Tratado Constitucional Europeu e conhecidas as relevantíssimas alterações que veio introduzir na arquitectura Europeia e no funcionamento das suas instituições, demos conta a todas as forças políticas com assento parlamentar da nossa posição imperativa quanto à realização do referendo e da necessidade da prévia revisão da Constituição.

Também aí, e mais uma vez, deparámos com a resistência e mesmo com a oposição do Partido Socialista, cujo líder, o Eng. Sócrates, proclamou que o PS só daria anuência a uma revisão constitucional extraordinária, apenas, só, quando, e se ficasse demonstrado que não era possível fazer uma pergunta clara aos portugueses, sobre o novo Tratado Europeu, no actual quadro constitucional.

Inabalavelmente desejoso de realizar o referendo, conforme compromisso assumido com os portugueses, e atado de pés e mãos, por necessitar do PS para desencadear o processo de revisão da Constituição, o PSD subscreveu, sem lhe mexer numa vírgula, a pergunta formulada pelo PS, que então se dizia seguro da sua conformidade constitucional, pese embora as reticências veementes que desde logo lhe colocámos.



# Intervenção de Guilherme Silva (conclui)

O caminho em que o PS insistiu levou ao resultado que todos conhecemos – à perda de tempo, ao descrédito da Assembleia e ao vexame do chumbo do Tribunal Constitucional à pergunta para referendo, que, além de inconstitucional, era gongórica e confusa.

É tempo de evitar que matérias como esta, pela sua particular importância e pelas suas especiais implicações no âmbito interno e externo, se arrastem e sejam inquinadas por questões formais ou processuais.

Rejeitada que foi pelo Tribunal Constitucional, a pergunta apresentada pela Assembleia da República, evidente se tornou a inevitabilidade de uma revisão Constitucional extraordinária.

Daí que o PSD tenha, logo, no início dos trabalhos desta Legislatura (e só não o fez mais cedo exactamente pelo facto de ter ocorrido a dissolução da Assembleia da República), apresentado projecto de Resolução com vista a que a Assembleia assumia poderes de revisão extraordinária da Constituição.

Alguns dias depois o PS apresentou também Projecto de Resolução de idêntico teor e com o mesmo objectivo.

São estes projectos que foram agendados e que hoje discutimos, sem prejuízo de virem a dar lugar, e bem, a um texto único elaborado pelo Senhor Presidente da Assembleia da República.

Vemos com bons olhos e apoiámos esta opção, porque na questão europeia é tempo de unir e não de dividir.

*«Não achámos de bom tom, nem compaginável com a prioridade que o referendo europeu tem /.../ a tentativa de atravessar e antecipar o referendo do aborto, estranhamente a reboque de uma esquerda mais radical»*

Por isso, sem pormos em causa a importância das questões relativas à interrupção voluntária da gravidez e as delicadas implicações de natureza humana, social, ética, de saúde e de consciência que envolvem, não achámos de bom tom, nem compaginável com a prioridade que o referendo europeu tem e com ele a revisão extraordinária da Constituição, a tentativa de atravessar e antecipar o referendo do aborto, estranhamente a reboque de uma esquerda mais radical, que os portugueses claramente não compreendem nem aceitam, que condicione o Governo de um Partido a quem deram maioria absoluta para governar.

Ao procedermos à assumpção de poderes de revisão constitucional extraordinária há, não só que decidir sobre o alcance a dar, no tempo e na sua extensão, quer à alteração que permita a formulação da pergunta clara aos portugueses sobre se concordam, ou não, com o novo Tratado Constitucional Europeu. Como há ainda que decidir sobre se a possibilidade de cumulação de referendos com actos eleitorais deve ficar, ou não, definitivamente consagrada.

Como haverá ainda que decidir se não se justificam outras alterações constitucionais, que se prendam com reformas programadas ou previstas, para que não se pretextem novos adiamentos ou impedimentos constitucionais à sua efectivação.

Uma União Europeia que passou de 15 para 25 Estados, e em breve passará a 27, não é governável com base no modelo inicialmente concebido.

Por isso, o processo de alargamento foi e continua a ser indissociável das reformas introduzidas pelo Tratado Constitucional Europeu.

Portugal tem participado na construção europeia de corpo inteiro e tem procurado cumprir as etapas do processo de integração, de forma a não ser subalternizado para um estatuto de parceiro menor ou de segunda. A demonstrá-lo está o esforço feito, com sucesso, para integrar a Moeda Única, como o demonstra também a escolha de Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia.

Não há que ter medo de um processo, sui generis, de uma união Económica e Monetária de carácter supra nacional, como não há que ter receio de abdicar de competências nacionais a favor dos órgãos da União.

Em todo o caso, o povo português não pode ser alheado de tal processo e sobre ele deve ser democraticamente consultado.

Da nossa parte queremos aprofundar com o PS a convergência que julgamos ter na avaliação de que o novo Tratado Constitucional europeu é bom para a Europa e bom para Portugal.

Mas queremos também clareza por parte do PS.

Clareza quanto às suas prioridades em matéria de referendo.

Clareza quanto ao alcance e extensão da revisão constitucional



extraordinária que temos de realizar.

A Europa com que o país se reencontrou também tem os seus ónus e Portugal tem de os assumir, porque vale a pena participar num espaço de afirmação de valores como a Liberdade, a Democracia, os Direitos Fundamentais, o Pluralismo, a Economia de Mercado com Garantias Sociais e com uma voz activa, que não se compadece do “orgulhosamente sós”, que hoje parece encontrar maiores apoios e simpatizantes na esquerda mais radical.

Vai, pois, o Grupo Parlamentar do PSD viabilizar o Projecto de Resolução por via do qual a Assembleia da República assume poderes de revisão extraordinária da Constituição com vista a tornar possível o referendo do Tratado Constitucional Europeu.

Quanto aos termos exactos que as alterações constitucionais deverão assumir, tal depende de um conjunto de soluções, designadamente no âmbito da Reforma do Sistema Político, que o país reclama e que o PS, agora com maioria absoluta, não pode mais adiar, antes se lhe exigindo que honre os seus compromissos e cumpra as suas promessas com sentido de responsabilidade.

– Gab. Imp. PSD/AR

# Distrital de Leiria e autarquia de Óbidos

Da Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, recebemos, em pedido de publicação, o seguinte comunicado, elaborado após tomar conhecimento da decisão do Presidente da República de vetar o decreto-lei que criava a Escola Superior de Conservação e Restauro em Óbidos. Segue o texto do comunicado:

1- A decisão ora conhecida de inviabilizar a criação da Escola Superior de Conservação e Restauro de Óbidos é injustificada tecnicamente e incompreensível nos seus fundamentos políticos. Acresce que esta decisão não só prejudica o desenvolvimento do ensino superior politécnico na região, em particular numa área de formação deficitária e especialmente importante para o desenvolvimento de acções de valorização patrimonial, como gora legítimas expectativas criadas pela população de Óbidos, em particular aos jovens e famílias locais;

2. Mais grave se torna quando nos fundamentos da decisão do Senhor Presidente da República se suscita uma inexplicável alteração dos compromissos assumidos pelo actual Governo liderado pelo Eng.º Sócrates que, em período de campanha assumiu a estabilidade das decisões do anterior Governo sobre estas matérias, posição que veio alterar aquando da apresentação do programa do Governo;

3. Nesses termos, o PSD do distrito de Leiria denuncia a intempestividade desta decisão e considera que a manter-se a sua irreversibilidade por parte do actual titular da pasta do Ensino Superior, estamos na presença de um entrave ao melhor desenvolvimento do ensino superior em Portugal e sobretudo numa área tão necessária à recuperação do nosso património histórico e cultural, onde não há qualificação suficiente e existe empregabilidade assegurada;

4. Por último, manifestamos a nossa indefectível solidariedade para com o Instituto Politécnico de Leiria e com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, que tudo têm feito para valorizar o ensino superior na região. – CPD/Leiria



## *Turismo em Óbidos: serviço de visitas áudio guiadas disponível na Vila*

á está em pleno funcionamento o serviço de visitas áudio guiadas, fornecido, a todos os turistas interessados, pela Óbidos Patrimonium, Empresa Municipal.

Trata-se de um serviço quase inédito em Portugal, no que diz respeito a visitas áudio guiadas no exterior. Qualquer turista que se desloque a Óbidos, pode adquirir este serviço no Posto de Turismo de Óbidos pelo preço de 5 euros por duas horas de utilização.

Este serviço adicional, fornecido pela autarquia, permite ao visitante escolher o local e os pontos de interesse a visitar, tendo a informação disponibilizada na própria língua, enriquecendo, desta forma, a experiência do visitante, resultando num melhor atendimento e focalização na informação fornecida. Os áudio guias estão disponíveis em quatro línguas, nomeadamente português, inglês, francês e castelhano.

Cada visitante pode alugar um Guia Áudio Portátil (GAP), podendo aceder instantaneamente aos segmentos áudio gravados, como opção mais frequente, premindo a tecla numérica que lhe está associada. O visitante consegue descobrir sítios que, de outra forma, ficar-lhe-iam desconhecidos.

Este conceito permite que o turista explore e entre em contacto com uma forma diferente de experimentar a realidade envolvente que se pretende apresentar. A narração sobre os elementos catalogados (sítio, monumento...) pode ser ouvida em qualquer ocasião, premindo o número respectivo no Guia Áudio.

Os conteúdos áudio são da responsabilidade da Óbidos Patrimonium, E.M., sendo a sua narração feita com narradores da língua mãe, coincidente com o idioma que efectuará a tradução ou narração. – CML/Óbidos



# UM PSD FORTE



Na passada sexta-feira, 8 de Abril, iniciaram-se os trabalhos do XXVII Congresso do PSD, no decorrer do qual se definiu a nova direcção do nosso Partido, tendo sido eleitos a Mesa do Congresso, a Comissão Política Nacional, a Comissão de Jurisdição Nacional e o Conselho Nacional.

O novo Presidente do PSD é o Dr. Luís Manuel Marques, nascido em Azurém (Guimarães) em 5 de Setembro de 1957, morou em Fafe até 1985 e actualmente reside na freguesia de Caxias, do concelho de Oeiras.

É Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi advogado em Fafe, presidente da Direcção da Ensino, Investigação e Administração SA, entidade titular da Universidade Atlântica, consultor da EFACEC, AS.

Na Assembleia da República, o Dr., Marques Mendes foi Deputado pelo Circulo Eleitoral de Braga, nas Legislativas iniciadas em 1987 e 1995; Deputado pelo Circulo Eleitoral de Viana do Castelo, na Legislatura iniciada em 1991; Deputado pelo Circulo Eleitoral de Aveiro, nas Legislativas iniciadas em 1999 e 2002; Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social-democrata, no período 1996/1999; Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, na VIII Legislatura.

No Governo Marques Mendes foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro-adjunto e para os Assuntos Parlamentares no X Governo Constitucional (1985/1987); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XI Governo Constitucional (1987/ 1992; Ministro Adjunto do Primeiro Ministro no XII Governo Constitucional (1992/1995) e Ministro dos Assuntos Parlamentares no XV Governo Constitucional (2002/2004).

Como autarca, Luís Marques Mendes foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Fafe, vereador da mesma Câmara e Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras (de 1998 a 2005).

Desempenhou ainda as funções de Secretário do Governador Civil de Braga (de Outubro de 1975 a Setembro de 1976) e adjunto do Governador Civil de Braga (de Fevereiro de 1980 a Dezembro de 1982).

É vice-Provedor e Presidente da Mesa da Assembleia-geral da Misericórdia de Fafe e Presidente da Direcção do Centro para a Formação da Juventude de Arões, Instituição Particular de Solidariedade Social; Presidente da Assembleia-geral do Centro Hellen Keller; Sócio de Mérito da Liga dos Bombeiros Portugueses e Sócio Honorário da Cruz Vermelha Portuguesa.

No PSD, Marques Mendes desde sempre desempenhou cargos de direcção, locais ou nacionais, tendo sido Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Fafe (de 1977 a 1981); Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Braga (de 1984 a 1993); Membro do Conselho de Jurisdição Nacional, eleito no XI Congresso Nacional do PSD - 1984; Vogal da Comissão Política Nacional do PSD (de 1985 a 1995); Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD (de 1995 a 1996).

Finalmente, no XXVII Congresso do PSD, em Abril 2005, foi eleito Presidente da Comissão Política Nacional, com uma substancial e clara maioria.

## *O primeiro discurso de Marques Mendes ao Congresso*

Na abertura do Congresso, após o discurso inicial, proferido, como é da praxe, pelo ainda Presidente, Dr. Santana Lopes, Luís Marques Mendes dirigiu-se pela primeira vez ao Congresso, ainda na qualidade de candidato à liderança do Partido, afirmando, após os cumprimentos do estilo:

Permitam-me duas ou três breves saudações:

A primeira para Pombal, para na pessoa do seu Presidente da Câmara e meu querido amigo, não apenas saudar esta cidade bonita, conselho

dinâmico e empreendedor, e esta hospitalidade e as magníficas condições com que aqui somos acolhidos. Obrigado.

Uma saudação igualmente amiga, à Senhora Presidente da Comissão Política da Distrital de Leiria, minha querida amiga, Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno, não apenas pela excelente autarca que é — de que muito nos orgulhamos — para na sua pessoa também cumprimentar e felicitar todo o distrito de Leiria pela grande vitória nas últimas eleições legislativas aqui realizadas; permitam-me um cumprimento também ao Dr. Luís Filipe Menezes, nosso companheiro, por este confronto democrático que travamos dentro do Partido e, também por isso mesmo, o saudar;

E na pessoa das pessoas do Presidente da Mesa do Congresso e do Presidente do Partido, cumprimentar — neste caso os últimos são mesmo os primeiros — os Senhores congressistas, observadores e participantes, por este trabalho de empenho e interesse na importância deste Congresso;

E cumprimentar todos os militantes do Partido porque de Norte a Sul do País, incluindo as Regiões Autónomas, estão com os olhos postos neste Partido e no seu futuro. Muito obrigado.

Senhores congressistas, caros amigos e companheiros: estamos aqui reunidos em Congresso, para estabelecer uma nova liderança e uma nova estratégia para o futuro do Partido.

Mas acho que só podemos preparar bem o futuro, se começarmos, ainda que brevemente, por falar do passado. Porque é do passado que podemos tirar elações para o nosso futuro.

Em 20 de Fevereiro tivemos, infelizmente, uma pesada derrota eleitoral. Esta derrota não aconteceu por acaso. Ela tem causas próximas e causas remotas. Causas políticas, é bom de ver, não causas pessoais.

Comecemos pelas causas próximas:

A primeira, no meu ver, foi a questão da legitimidade política. Em Julho, com a saída do Dr. Durão Barroso, o Presidente da República decidiu, e bem, nomear um novo Governo liderado por um membro do PSD. O PSD decidiu e, do meu ponto de vista, mal, escolher um líder sem a legitimidade do Congresso. Este foi o «pecado original». A verdade é esta: sem legitimidade forte, não há verdadeira autoridade. Nem dentro do Governo, nem perante o País, nem perante o PR. Um erro que o próprio líder reconheceu mais tarde ao convocar o Congresso de Barcelos.

A segunda grande causa: o reforço do peso e da influência do CSD/PP

no Governo. Foi um reforço quantitativo: o CDS passou a ter mais Ministros no Governo. Mas foi sobretudo o reforço qualitativo. O CDS passou a ter mais peso político em áreas da maior relevância, de que é o caso mais significativo, a atribuição da importantíssima pasta das Finanças a um Ministro do CDS/PP. Com tudo isto, o nosso parceiro de coligação passou a ter mais protagonismo e imprimiu no Governo uma orientação e um discurso que se tornou redutor para o PSD. Temos dessa forma uma imagem de «acantonamento» à direita. Permitimos que o PS ocupasse o espaço do centro e, infelizmente foi ao centro que o PS ganhou as eleições.

Terceira grande causa: os ziguezagues na política orçamental: O PR ao dar posse ao Governo, colocou como condição a continuidade da política orçamental. O que fez o Governo? Deu sinais de mudar a orientação da política económica. Foi o decretar o fim da austeridade. Foram as oscilações e ziguezagues do domínio fiscal. Antes, a baixa do IRC, era a prioridade; depois a prioridade passou a ser o IRS. Num dia, havia baixa de impostos; no outro dia já não havia baixa de impostos. No final, já ninguém sabia qual era a política fiscal. Como consequência disso, perdemos aliados na sociedade e no mundo empresarial em particular. E o OE para 2005 foi criticado por todos, da esquerda à direita.

Quarta grande causa: os constantes ziguezagues, descoordenações, mudanças de posição, vários episódios pouco edificantes que todos conhecem, que me abstenho de recordar. Tudo a dar do Governo PSD, uma imagem do poder errático, instável, que não sabia bem aquilo que queria para o País. Tudo, menos uma imagem de competência, estabilidade, sentido de responsabilidade. Em Julho já havia sinais de preocupação que vinham da sociedade. Importa reconhecê-lo. Mas havia tempo para recuperar e, sobretudo, o que é mais importante, não havia ameaça de dissolução. É verdade que o PR não devia ter dissolvido o Parlamento. Disse-o na altura e reafirmo agora. Mas não é menos verdade que demos ao PR pretextos para ele dissolver. Para dissolver com o aplauso da opinião pública. E ainda por cima, os resultados eleitorais a dar-lhe posteriormente razão!

Uma dissolução do Parlamento, naquela altura, a meio da legislatura, era politicamente fatal. Foi o que aconteceu. Tudo devia ter sido feito, por isso mesmo para a evitar. Nenhum pretexto podia ter sido dado para que ela ocorresse. Não foi infelizmente o que sucedeu.

## *Quais as responsabilidades políticas mais próximas do desaire eleitoral que tivemos*

Esta, Senhores Congressistas, Senhoras Congressistas, caros Amigos e Companheiros, é análise que faço. Não foi o Partido Socialista que ganhou as Eleições. Sejamos sérios: fomos nós que as perdemos. Não querer perceber isto é não querer saber a verdadeira realidade dos factos; é meter a cabeça debaixo da areia.

Estas são, na minha opinião, as responsabilidades políticas mais próximas do desaire eleitoral que tivemos.

Há cinco ou seis meses, no Congresso de Barcelos, alertei para isso. O que, todavia, nada me impediu de logo a seguir, no momento difícil, estar ao lado do PSD, como todos nós, na campanha eleitoral que tivemos. Mas voltando ao congresso de Barcelos, fiquei com a sensação na altura, com os avisos que fiz, que as bases do Partido, partilhavam as mesmas preocupações. Alguns dirigentes, todavia, optaram na altura por elogiar a minha coragem e alertas. Permitam-me que o diga hoje: escusavam de elogiar a minha presença nesse Congresso. Ao fim de 30 anos de vida política, não preciso de fazer testes de coragem, mas quero dizer-vos com toda a lealdade: se tivessem sido seguidos os alertas que então fiz, se se tivesse mudado de rumo, acredito que nessa altura, não tivéssemos tido dissolução, não tivéssemos tido eleições, não teríamos entregue — desculpem a expressão! — o ouro ao bandido, não teríamos permitido que o PS ganhasse uma eleição que não merecia e para a qual nem tinha uma real alternativa para Portugal.

Mas há também, caros companheiros, causas remotas que ajudam a justificar o estado a que chegámos. Muitos dos nossos problemas não são de agora, vêm detrás. Têm-se acumulado e têm-se agravado.

O primeiro problema, na minha opinião, mais grave é um problema de estabilidade da vida do PSD. Em dez anos, já vamos em 5 líderes. A partir de Domingo, o sexto. Já vamos em 10 congressos; em média, um congresso por ano. Assim, não é possível ter estabilidade. Assim, não é possível estabilizar um programa, uma estratégia, sequer uma agenda política; Assim, não é possível motivar os militantes em primeiro lugar, e em seguida ganhar a confiança e o respeito dos eleitores. Assim, não é possível verdadeiramente, que o País, incluindo os portugueses lá fora, perceberem aquilo que o PSD



# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8,9,10 DE ABRIL DE 2005

quer, aquilo que o PSD representa para Portugal.

Segundo grande problema, consequência do primeiro, é este: andamos de eleição em eleição a perder votos e a perder eleitorado. Em 10 anos, tivemos 4 eleições nacionais. Dessas 4 eleições, perdemos 3 e ganhámos apenas uma. Na primeira derrota, tivemos 34%; na segunda derrota tivemos 32%; na terceira reduzimos para 28%. Sempre a baixar. Na única derrota que teve neste ciclo de 4 Eleições, o PS, mesmo assim, na derrota, teve 38%. Mais do que nós no menos mau destes 3 resultados.

A minha conclusão é esta: estamos a diminuir o nosso núcleo duro, o nosso espaço vital. Estamos a perder a influência nos jovens, estamos a reduzir influência no eleitorado urbano. Estamos a afastarmo-nos dos portugueses. Assim, não vamos a lado nenhum.

O terceiro problema, decorrente dos anteriores, é igualmente claro: com tamanha instabilidade directiva, passamos o tempo a mudar de políticas. Estamos no Governo, a política é uma. Estamos na oposição, a política é outra. Voltamos ao Governo, muda o

ministro, imediatamente a política é outra. Chamámos já à atenção várias vezes, de uma forma especial, há cinco anos, no Congresso de Viseu. Tudo é feito «em cima do joelho!» Nada é preparado com tempo, com estabilidade e com segurança.

É a minha convicção. Um partido assim, não dá segurança, confiança e motivação aos seus eleitores e dificilmente ganha credibilidade na sociedade portuguesa. E é por isso que quero aqui dizer-lhes com toda a lealdade: temos que pôr um ponto final nesta situação.

Estamos, no fundo, entre duas opções: ou mudamos de vida, ou continuamos a cair. Pensar que sempre chegaremos ao Governo a reboque do fracasso do Governo, é uma ilusão. Uma ilusão que pode pagar-se, pode sair bem cara, no futuro. Se nós não fizermos a nossa parte do trabalho, aumentam então em muito as possibilidades do PS se manter mais tempo no poder; e na hora do Partido Socialista falhar, o nosso regressa ao poder, mas corre ainda o risco de ser coxo e efêmero por não estarmos devidamente preparados para o exercer. Só há por isso — pensemos nisto — uma escolha: arrear caminho, pensar no País e preparar o Partido.

E é por isso, justamente, que me candidato. É que não me conformo: nem me conformo com o caminho que o País leva, nem me conformo com o caminho que o Partido tem vindo a trilhar.

A minha candidatura é, por isso mesmo, um acto de inconformismo e um desafio à mudança: mudança, em primeiro lugar, no País — tal como ensina Sá Carneiro, o País, para nós, está sempre primeiro!

Quero por isso falar-lhes um pouco do País. Entre 85 e 95, decorreu uma década em que Portugal viveu um período de mudança, de desenvolvimento e de prosperidade. O País sabia então o que queria. Tinha uma estratégia, tinha uma ambição. Éramos os bons alunos da Europa. Aprendemos, e porque aprendemos, os resultados surgiram: deixámos de ser a cauda da Europa. Daí para cá, Portugal não sabe o que quer e o resultado aí está: na Europa a 15, voltámos a ser «os outros». Na Europa a 25, já fomos ultrapassados por 2 ou 3 dos novos países.

***É de justiça, por isso mesmo, aqui e agora, recordar que a responsabilidade principal deste grande descalabro, cabe ao PS***

É que nos últimos anos, os países que entraram na União Europeia,



prepararam-se. Nós não fizemos «o trabalho de casa» e com isso perdemos terreno. É de justiça, por isso mesmo, aqui e agora, recordar que a responsabilidade principal deste grande descalabro, cabe ao PS. É factual. Foi o PS que governou durante 7 destes últimos dez anos. E fomos nós, apesar de tudo, que começámos a lutar contra este descalabro e a tentar inverter esta situação. E agora, o PS volta ao governo e nós voltamos a ser oposição!

Mas atenção! Quero que saibam: queremos, temos de ser, uma oposição diferente daquela que tem sido tradicional. Não vou fazer oposição a retalho. Não vou fazer oposição sem critério. Não vou fazer oposição a reboque do governo, em cima do joelho ou de improviso. É uma questão de seriedade, é uma questão de credibilidade. Vou ser firme, quando for necessário ser firme. E há desde já um primeiro sinal de firmeza que nós podemos e devemos dar ao País.

A situação que o País vive não tolera mais adiamentos. Ora um Governo ciente destas dificuldades não pode perder tempo a decidir aquilo que é essencial, aquilo que é importante. Ora o Governo — reparem bem — já leva um mês de vida e neste primeiro mês de vida, este Governo primou muito mais pela ausência do que pela presença. Parece querer adiar tudo quanto é essencial, estruturante, ainda que difícil, para depois de Outubro, para depois das eleições Autárquicas. Não me parece um Governo realmente preocupado com o País como devia. Parece ser na prática uma comissão eleitoral autárquica do PS.

Considero isto inaceitável, e por isso aqui digo: nem o País pode consentir nisso, nem o Presidente da República pode avalizar este comportamento; e o Senhor Presidente da República, que nos últimos anos foi tão exigente com os governos do PSD, tem agora uma boa oportunidade, para, em coerência, ser também exigente com os governos do PS.

Na mesma linha de firmeza, quero também desde já esclarecer o que queremos e o que não queremos.

Nós dizemos “não!” ao aumento dos impostos. O caminho a seguir não é o aumento dos impostos; o caminho a seguir é o da redução geral da despesa do Estado.

Nós dizemos “não!” à manutenção do excessivo peso que o Estado ainda hoje tem da nossa Economia. O caminho a seguir é outro. É o de deixar respirar a sociedade e dar mais força e alento à iniciativa privada.

Nós dizemos “não!” à perpetuação de muitas e muitas situações de protecção do Estado. Sejam elas perpetradas directamente pelo Estado

# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8, 9, 10 DE ABRIL DE 2005

ou concretizadas pela sua cumplicidade. O caminho a seguir é outro: é o de promover e de reforçar a concorrência; a concorrência é boa para a economia.

Nós dizemos “não!” a um Estado grande, tentacular e omnipresente. O caminho a seguir é outro: é o de redefinir as funções do Estado, extinguindo aquilo que é inútil; concessionando e entregando à iniciativa privada aquilo que não é estratégico, centralizante, o muito que há ainda a descentralizar.

Nós dizemos “não!” a uma Justiça lenta, que prejudica as pessoas e que não favorece as empresas. O caminho a seguir é outro: é o de reformar a Justiça; é o de dar legitimidade democrática ao sistema Justiça; é o de fazer com que o Ministro da Justiça deixe de ser confundido com um Ministro das Obras Públicas da Justiça.

Nós dizemos “não!” ao regresso aos tempos dos debates ideológicos entre hospitais públicos e hospitais privados. O caminho a seguir é outro: é o de fazer com que todos eles, hospitais públicos e privados funcionem como deve ser: com rigor, com qualidade e realmente ao serviço dos doentes.

Nós dizemos “não!” a uma Educação que não forma elites, que não premeia a inovação, que não qualifica verdadeiramente para o mercado do trabalho. O caminho a seguir é outro: é o de uma Educação assente no rigor, na exigência, na excelência e sem esquecer a importância da ligação cada vez maior ao mercado do trabalho.

E por isso, caros congressistas, a escolha a meu ver, é clara: sabemos bem o que queremos e o que não queremos para Portugal.

Só que o País não pode estar quatro anos à espera, para dar o salto qualitativo que é verdadeiramente essencial. Ou avançamos já, ou ficamos irremediavelmente mais pobres.

Ou reformamos a sério e com coragem ou não aumentamos nem a nossa produtividade, nem ganhamos competitividade.

E estes são os aspectos basilares; não há meio-termo; não se pode ficar no meio da ponte.

E por isso sabem, sabe o Governo e sabem os portugueses, com o que podem contar da minha parte: estaremos sempre prontos a contribuir para uma plataforma de desenvolvimento do País; mas não pactuaremos com caminhos que conduzam ao atraso e a mais adiamento.

Esta é uma forma diferente, séria, pela positiva, responsável, de fazer política na oposição. Porque nós temos que dar este exemplo ao País. É assim, na minha opinião, que se constrói um partido na oposição, forte, credível e competente. É este o Partido que os militantes precisam, que os militantes ambicionam. E mais importante, é este o Partido que Portugal precisa!

Caros Amigos e Companheiros! Falei-vos do País, falo-vos a terminar, do Partido. Acho que é assim que deve ser: o Partido ao serviço do País,

não o País ao serviço do Partido. Para ser um Partido forte, credível e competente, o PSD precisa de estabilidade. Estabilidade directiva, já o disse, mas também estabilidade de posições.

## *Para ser Partido forte, credível e competente, o PSD tem de se abrir mais aos seus militantes, às bases do Partido*

Se o PSD ou os seus dirigentes têm uma posição, seja sob que matéria for, à 2ª, 4ª e 6ª e posição diferente à 3ª, 5ª e Sábado, então o partido não ganha credibilidade. Nem os militantes se mobilizam, nem os eleitores acreditam. Para ser um Partido forte, credível e competente, o PSD tem que recuperar o seu espaço político tradicional.

Somos Social-Democratas. Com a nossa identidade, com os nossos valores humanistas, com a nossa vocação interclassista, com a natureza de partido reformista, virado para os jovens, empenhado nas causas sociais, apostado na classe média. É com este partido e com este espaço, que nós temos de nos afirmar.

Foi assim no passado; vai ter de ser assim no futuro, para conforto dos militantes, para ter credibilidade junto dos Portugueses!

Para ser Partido forte, credível e competente, o PSD tem que se abrir mais aos seus militantes, às bases do Partido.

Não chega votar de dois em dois anos na escolha dos dirigentes locais, distritais ou nacionais.

É preciso participar mais e mais activamente na vida interna do Partido. Há secções que praticamente só funcionam nos períodos eleitorais. Não pode ser. Há estruturas do Partido — não todas, naturalmente — mas há estruturas que fecham o Partido à participação ou à entrada de novos militantes, com medo de perderem os seus lugares. Não pode ser!

Há militantes que se queixam de que lhes não é dado «palco», oportunidade para intervir; que não têm o ensejo de exprimir as suas posições, de fazer debate político, de afirmar os seus pontos de vista! Não pode ser!

Fala-se muito das directas, da eleição por via directa, do líder do Partido. É uma ideia, pela qual — já o disse —, tenho simpatia. É uma inovação que o Partido deve ponderar: não há que ter medo das bases do Partido!

No próximo ano — já o disse e aqui o quero reafirmar — irei convocar um Congresso extraordinário de carácter estatutário, para que duma forma tranquila, com uma prévia discussão e participação das bases, o Partido todo decida sobre estas matérias: as directas e outras questões de reforma e de modernização dos nossos estatutos.

Mas quero que saibam o seguinte: nesse tempo, nesse congresso, é tempo para discutir todas as questões dos estatutos, a começar, sinceramente, com a reforma do funcionamento dos nossos congressos. Esta coisa de que ninguém é responsável mas que é importante mudar; esta coisa de que os militantes do Partido que de dois em dois anos vêm ao Partido, têm apenas meia dúzia de minutos para expor o seu ponto de vista (às vezes quando já está tudo resolvido) não dá, verdadeiramente, nem motivação aos militantes, nem credibilidade e prestígio ao Partido. Temos de enfrentar a situação para a mudar.

E para ser um Partido forte, credível e competente, o PSD tem de falar com a sociedade; tem de se abrir à sociedade! Temos de ir ao encontro dos jovens e das suas associações; dos empresários e das suas organizações; dos trabalhadores e das empresas; das





# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8, 9, 10 DE ABRIL DE 2005

comunidades de emigrantes que existem em Portugal.

E não nos podemos esquecer do interior, que estamos a perder. E não podemos esquecer as zonas urbanas onde os problemas de exclusão social, de insegurança e da qualidade de vida são problemas seriíssimos. Ou nos abrimos à sociedade, ou a sociedade vira as costas ao PSD.

E por isso também, para o PSD ser um Partido forte, credível e competente, o Partido tem de voltar a fazer debate político a sério, promover o debate de ideias, a sério. Tenho, a este respeito, um caderno de encargos bem exigente: rever o Programa do Partido.

É necessário e vai mesmo ser feito, com um grande debate interno de baixo para cima e numa relação de diálogo com a sociedade.

Criar o Conselho Estratégico, um órgão de consulta do presidente do Partido, para que as questões de fundo estruturante sejam debatidas e com o sinal de que nele podem e devem ter assento, personalidades do Partido e pessoas vindas da sociedade que querem dar o seu contributo. Dinamizar o Centro de Estudos do Partido, porque as posições, para terem crédito têm de ser estudadas, discutidas e preparadas.

Acabou o tempo de trabalhar «em cima do joelho», do amadorismo que é simpático, mas não é eficaz. Dar uma nova atenção, uma nova importância ao Instituto Sá Carneiro, pese embora já o importantíssimo trabalho que tem vindo a realizar. Mas envolvendo mais e mais, numa área que considero fundamental para todo o partido e para os jovens, em especial: a área da formação política, porque dessa forma se ganha verdadeira credibilidade e sustentabilidade para as nossas posições.

E temos, caros Amigos e Companheiros, dois desafios eleitorais da maior importância: as eleições autárquicas, em primeiro lugar: temos de ganhar as Autárquicas! Somos hoje o maior Partido no poder local. Lideramos com prestígio a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias. Temos que renovar essa posição de liderança. É este o objectivo que proponho. Um objectivo ambicioso, mas um objectivo possível.

Recusei-me até ao momento e recusar-me-ei até ao final do Congresso, a falar de um único nome, seja para que Câmara for. Neste processo que é descentralizado, só depois do Congresso, falando com as estruturas distritais e locais, é que os nomes serão apresentados.

***Com a excelência dos autarcas que temos, com a mudança de vida que o PSD vai fazer, é minha convicção que vamos ganhar as eleições autárquicas***

Quero apenas dizer-vos uma coisa: uma vez que estamos atrasados e temos que recuperar o tempo perdido, darei nas primeiras duas ou três semanas, uma prioridade absoluta aos principais Concelhos do País, a começar pelas capitais de distrito. É essencial esse sinal de reforço da nossa «pedalada»!

Os nossos adversários, é certo que pensam em função dos resultados de 20 de Fevereiro, que as Autárquicas, para eles, são «favas contadas». É a minha convicção que se enganam e enganam-se redondamente. Com a excelência dos autarcas que temos, com a mudança de vida que o PSD vai fazer, é minha convicção que vamos ganhar as eleições autárquicas.

Mas atenção, meus caros Amigos, não chega ter bons autarcas — e temos! Não chega ter excelentes autarcas e excelentes candidatos. Se nós não fizermos entretanto uma mudança de vida, uma renovação da nossa imagem, se não recuperarmos muita da credibilidade que perdemos, meus caros Amigos, podemos ter, simultaneamente, excelentes candidatos e excelentes



autarcas e alguns sérios dissabores eleitorais.

Não quero, por isso mesmo, que isso suceda. Por isso, o mandato é este: reganhar credibilidade, apostar na excelência dos autarcas, fazer uma oposição firme, séria, construtiva e responsável, para chegarmos às próximas eleições autárquicas e ajudarmos os nossos candidatos a ganhar e a ser uma referência para Portugal!!

Por último, as eleições presidenciais. Temos de nos empenhar a sério, com firmeza, nestas eleições. Não compete aos partidos apresentarem candidatos; compete-lhes apoiar candidatos que tomem a iniciativa de se apresentarem.

Não compete ao PSD, na minha opinião, discutir nomes ou candidatos que não existem. Seria partidizar uma eleição que é supra-partidária e seria redutor para um candidato, seria ferir de morte uma candidatura potencialmente vitoriosa. Mas compete ao PSD, sim, realçar que o País precisa de equilíbrio institucional.

É importante que nesta fase difícil da nossa vida colectiva, a generalidade dos portugueses se sinta representada, nestes dois importantes órgãos de soberania: o Governo e o Presidente da República. É importante para reforçar a coesão nacional.

Nunca tivemos sucesso em eleições presidenciais. Isto diz bem da dificuldade desta eleição. Mas é minha profunda convicção que, se gerirmos com firmeza e com inteligência esta matéria, estaremos, em 30 anos de democracia, mais perto do que nunca de ajudar finalmente a eleger um PR da nossa área política. E será bom para Portugal e para a alma social-democrata.

Para mim, meus caros Amigos, estou no Partido desde a sua fundação. Sei como o PSD se criou e afirmou. Não ignoro os problemas que o Partido tem, mas conheço bem as potencialidades e riqueza dos seus militantes.

Não me conformo com um partido que está a deixar de ser motivador e referência para a sociedade.

Ao longo destes últimos anos, tive que tomar muitas decisões. Muitas vezes disse «sim», noutras ocasiões disse «não». Só nunca disse «não» ao meu Partido. No Governo ou na oposição, em campanhas nacionais ou autárquicas; como dirigente, ou simples militante de base, a minha disponibilidade foi sempre total. Os militantes do Partido conhecem-me. Não tenho, por isso, de prometer hoje a disponibilidade que sempre tive; não tenho de prometer hoje a lealdade que sempre demonstrei; não tenho de prometer hoje a estabilidade que, ao longo dos anos, sempre evidenciei.

Quero liderar o PSD, porque acredito que o PSD é essencial para Portugal. Quero liderar o PSD porque tenho a certeza de que ele foi muito importante no passado, mas vai ser tanto ou mais importante no futuro.

Não vos prometo facilidades: no País e no Partido, os tempos não vão ser fáceis. Prometo-vos apenas uma coisa: trabalho, muito trabalho, melhor

trabalho, pelo PSD, mas, acima de tudo que é mais importante, por Portugal!!  
Obrigado!  
Viva o PSD! Viva Portugal!

## *No segundo dia do Congresso foram apresentadas e discutidas as moções. A moção de Marques Mendes delineava já a vitória*

No segundo dia do Congresso, as intervenções dos principais protagonistas, foram atentamente seguidas, pois os Congressistas, de posse das várias moções apresentadas e das duas candidaturas à presidência do Partido, fazíamos seus juízos, aproveitavam os intervalos para falar em pequenos grupos informais, dando o ambiente de interesse e efervescência que sempre caracterizam as nossas reuniões magnas.

Manuela Ferreira Leite ouvida com atenção e fortes aplausos, expressando ao Congresso o seu apoio à candidatura de Marques Mendes, e seria, mais tarde, eleita nas listas do líder, para presidente da Mesa do Congresso.

O economista e empresário António Borges, muito falado na comunicação social antes do Congresso, como um potencial concorrente à liderança, apresentou uma moção de ideias e de futuros caminhos de discussão e trabalho, e viu as suas ideias bem acolhidas.

Em matéria de candidaturas, não teve qualquer dúvida em declarar o seu apoio a Luís Marques Mendes.

O ex-presidente da JSD, Pedro Passos Coelho mostrou-se convicto de que muitos dos eleitores que, em Fevereiro, deram a vitória ao PS nas legislativas, estarão no futuro disponíveis para “votar no PSD”.

“Quem votou nestas eleições para ter estabilidade, contra o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, estará disponível para no futuro votar no PSD”, disse Passos Coelho avisando que, “para isso, é preciso voltar a fazer com que o país acredite” no partido.

“O PS ganhou porque as pessoas sabiam que Portugal estava numa situação difícil” e, segundo Pedro Passos Coelho, “a pior coisa que podia acontecer neste congresso, seria meter a cabeça na areia e dizer que (a derrota nas legislativas) foi culpa do Presidente da República, dos jornalistas ou dos que deram facadas nas costas”.

“Perdemos as eleições, também, por culpa nossa”, disse, antes de manifestar claramente o seu apoio a Marques Mendes, um homem que “geriu com mestria, equilíbrio e maturidade a forma como o PSD fazia oposição”, durante o Governo de António Guterres.

António Borges confirmou o apoio à candidatura de Marques Mendes à liderança do PSD ao intervir pela segunda vez no Congresso apelando a uma “liderança forte” do partido.

Durante os minutos em que falou aos congressistas, António Borges defendeu o reforço da participação dos portugueses nas reformas do país, a começar na reforma da Administração Pública.

O apoio aos empreendedores, aos cidadãos enquanto consumidores, enquanto utilizadores dos sistemas de Saúde ou de Educação, e a defesa da qualidade assente numa “acérrima concorrência” foram também preconizados por António Borges, para quem “o PSD precisa de confiar nas escolhas dos portugueses”, em contraposição com quem defende “o centralismo” nas decisões.

Borges deixou a mensagem de que “Sairemos daqui com um novo líder e com um novo ‘élan’. Não

queremos que o líder seja de transição e que a liderança seja frágil”, disse o economista, ao anunciar ao Congresso de Pombal a sua opção de voto, por Marques Mendes, “à volta de quem todo o PSD deverá unir-se”.

## *O segundo discurso de Marques Mendes*

Quando tomou a palavra pela segunda vez, após dirigir-se ao Presidente do Congresso, ao ainda Presidente do Partido e a todos os Congressistas e militantes, Luís Marques Mendes disse:

Tenho estado aqui durante esta manhã e durante toda esta tarde a ouvir todas as intervenções que foram feitas, umas com as quais concordo mais, outras com as quais concordo menos.

É natural, num partido plural e democrático como o nosso. Mas chegados aqui, eu julgo que nesta fase o Congresso já percebeu que há dois caminhos para o futuro e o futuro é o que interessa. E dois caminhos em matérias particularmente importantes, essenciais e estratégicas para o Partido e para o País.

Desde logo, nas eleições autárquicas; são as eleições que temos pela frente. Não há diferença entre ganhar e não ganhar; todos queremos ganhar as eleições. Não há diferença também entre ter 130, 160, 161 Câmaras. Eu por mim diria «Eu quero até mais, quero 308, ou pelo menos, ganhar 308 municípios em Portugal, porque todos são importantes e todos merecem a nossa atenção»

A diferença também não é essa. E também, já agora, porque é da mais elementar justiça uma palavra para o esforço que teremos de fazer para ganhar milhares Juntas de Freguesia que temos em Portugal, porque os autarcas das freguesias não são o parente pobre do poder local.

E conheço bem esta questão. Não sendo dirigente do Partido há dez anos, ainda nas últimas eleições autárquicas — e há aqui muitos que se recordam — fui seguramente, a seguir a Durão Barroso, presidente do Partido na altura, quem fez mais campanha eleitoral, ao lado dos candidatos, em mais de uma centena de municípios pelo País e em pouco espaço de tempo.

Não pretendo com isso afirmar que o mérito de termos ganho as eleições foi meu; o mérito foi do Partido, foi dos militantes, e foi, acima de tudo, dos candidatos.

Agora, a grande diferença, caros Amigos e Companheiros, é a minha convicção. E eu gosto de assumir as minhas convicções e não mudar de convicção.

A minha diferença é esta: a vontade é importante, sem dúvida, mas não chega. É importante, é fundamental termos bons candidatos, excelentes



# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8, 9, 10 DE ABRIL DE 2005

autarcas. Temos. Já o disse ontem e temos de melhorar nos municípios em que ainda não somos poder. Não chega apenas ter vontade; nós temos de ter também aqui um projecto para o poder local. Temos de ter sem prejuízo da especificidade de cada município, de cada freguesia, as nossas linhas orientadoras para o poder local. Até porque somos o partido da descentralização. Com provas dadas no poder local. O poder pelo poder não serve para nada. O poder só serve para executar um projecto. E é esse projecto, também, que cada município vai ter (como dizia e bem, Alberto João Jardim).

Mas é esse projecto também de linhas gerais que identifiquem todo o Partido, que nós vamos ter que decidir. Não eu, como líder do Partido, impondo a vontade, mas todos, os autarcas e os militantes, numa convenção autárquica a realizar próximo das eleições autárquicas. É às bases, aos militantes e aos autarcas que cabe decidirem.

Mas, caros amigos, sejamos também aqui racionais, e desculpem eu fazer um apelo à racionalidade. A política com emoção, com afecto, é essencial; mas sem inteligência e sem credibilidade também não vamos lá.

As duas coisas são essenciais. É que não chega apenas ter um partido todo mobilizado, ter excelentes candidatos, ter bons presidentes de Câmaras. É uma condição necessária, mas não é suficiente.

Se o ambiente político na altura das eleições autárquicas for como é hoje, se a atmosfera política não nos for favorável e for favorável ao partido que está no poder, meus caros Amigos, sejamos sérios e sejamos francos: podemos ter o dissabor de ter um excelente presidente da Câmara, ou um excelente candidato e não termos depois, a vitória eleitoral que todos desejamos. E foi assim, meus caros Amigos — não estou a inventar nada — em 1993 — não foi assim há tantos anos! — tínhamos excelentes presidentes de Câmara e excelentes candidatos. Andei na altura, como poucos, no terreno, em apresentações de candidatas. E, todavia, muitos e muitos injustamente perderam as eleições. E agora, todavia, nas últimas autárquicas em 2001, o ambiente político, seguramente que ajudou a reforçar significativamente o número de autarquias para o nosso lado. Esta é uma verdade. O que quero com isto significar, é isto: todas estas condições são importantes, mais esta: nós temos que sair deste Congresso com um partido renovado, regenerado, com uma imagem de nova credibilidade, fazendo daqui até Outubro, uma oposição a sério, bem feita, firme, positiva e responsável, para que a atmosfera política, o ambiente político, em Outubro ajude os nossos autarcas, ajude os nossos militantes e ajude, sobretudo, o PSD a voltar a ter uma grande vitória no poder local. Isto é essencial!

Depois, caros Amigos, as eleições presidenciais. É óbvio que, em democracia, as eleições mais importantes são as primeiras. As que temos em primeiro lugar à nossa frente, neste caso as autárquicas. Mas no ponto de vista político, estratégico, para o País, as próximas eleições presidenciais têm uma importância enorme... Enorme! Não as desvalorizemos.

## *Não desvalorizemos a importância das eleições presidenciais*

É aqui também que quero sublinhar, que há claramente, também dois caminhos. É óbvio que todos queremos ganhar as eleições presidenciais. É óbvio que todos queremos ajudar a eleger um PR oriundo da nossa área política.

Mas, a partir daí, quero dizer-vos, meus caros Amigos, que a minha proposta, como já ontem disse, não é tanto o Partido avançar com nomes. Não compete ao Congresso, ao Partido. Mas é traçar um perfil muito claro,



sem oscilações, sem ziguezagues. Um perfil que é dum candidato forte, ganhador, com um perfil de credibilidade e de sentido de Estado. Capaz de interpretar correctamente o interesse nacional — nós sabemos bem o quanto é importante interpretar correctamente o interesse nacional, como vimos recentemente — mas que ao mesmo tempo, seja capaz de representar a área política do PSD. Ao longo desta campanha sempre me ouviram: disse rigorosamente sempre o mesmo. Mas acrescentei sempre, perguntando aquilo que também hoje com toda a clareza — porque não mudo de opiniões, não tenho um nome hoje, ou um nome amanhã — sempre com muita coerência e com muita clareza, pergunto: «se o Professor Cavaco Silva apresentar a sua candidatura, qual é a sua posição?».

Tenho dito ao longo destas semanas aquilo que quero dizer com clareza, perante este Congresso. De há dois anos a esta parte tenho dito, mesmo antes de imaginar chegar aqui: «Se o Professor Cavaco Silva apresentar a sua candidatura, à Presidência da República, a decisão é dele, mas preenche, do meu ponto de vista todos os requisitos, para que eu e o Partido possamos apoiar essa candidatura e acho que isso é bom, é importante, para Portugal!»

Não é importante, caros Amigos, para partidizar uma candidatura, para a tornar redutora. É importante porque é esta a lógica: os candidatos surgem primeiro, o Partido, em função do perfil, define a seguir o seu apoio.

Mas não devo, em clareza, em coerência, em função das minhas convicções, não devo ocultar isso ao Partido. É assim que deve ser, é assim que devo falar por uma razão muito simples, caros Amigos e Companheiros, a credibilidade em política é absolutamente essencial. A credibilidade é daqueles bens que, como a nossa própria saúde, só damos valor quando a perdemos. Só damos verdadeiramente valor à saúde, quando estamos doentes. Também só damos valor, normalmente, à credibilidade quando a perdemos. E mais do que isso, a credibilidade leva muito tempo a construir, mas, infelizmente, destrói-se num ápice.

E é tudo isto, estabilidade, convicção, de não estar a oscilar, tudo isto nos ajuda a recuperar a credibilidade que perdemos ao longo dos anos. É tudo isso que nos vai ajudar a ganhar as autárquicas e a eleger um PR que será importante para Portugal.

## *A estratégia de oposição ao Governo*

Em terceiro lugar, caros Amigos e Companheiros, a estratégia de oposição ao Governo. Também aqui há dois caminhos possíveis. Desejo ser claro: um dos caminhos é estar à espera que o Eng<sup>o</sup> Sócrates apodreça no poder. É estarmos sentados apenas a reagir aqui e acolá; apenas reagir

quando o Governo fizer alguma coisa. *Deixem-me que vos diga: não vou por aí.*

Não vou por aí, porque desta forma, o resultado é este: podemos correr o sério risco (ainda que seja uma má governação para o País, bem embrulhada, com muita publicidade enganosa), de aguentar o Engº Sócrates durante muitos anos no poder. E isso faz muito mal, não ao PSD, mas a Portugal. Não podemos ir por aí!

A minha estratégia de oposição, como digo na minha moção, é muito clara e objectiva. *Nós temos de ter uma agenda política própria na oposição.* O PSD tem que ter uma agenda política própria. Uma agenda com objectivos, com prioridades e com propostas. Que seja internamente discutida por todo o Partido. E isso é bom, porque vai fazer o Partido ajudar mais, fazer debate de ideias. E que seja depois publicamente conhecida. Porquê e para quê? Para que os portugueses possam julgar melhor no final, mas também julgar o PSD, como partido que é da oposição, mas - *é importante sublinhar isto* - um partido que se prepara para ser novamente alternativa no Governo de Portugal.

E por isso, serei uma oposição firme, reagindo quando houver que reagir, criticando, quando houver a criticar. E nesse plano, como já fiz quando fui líder parlamentar na oposição, não haverá ambiguidades, tibiezas ou oscilações. Mas ao mesmo tempo, tomando a iniciativa. A iniciativa de apresentar propostas e de definir causas.

Também aqui ouvi o Dr. Alberto João Jardim dizer: é importante ter causas, é essencial. Eu disse o mesmo no Congresso de Oliveira de Azeméis, há uns meses atrás, por exemplo. Nós temos de ter novas causas muitas das quais identico na minha moção. E temos de ter, acima de tudo, a iniciativa política, caros Amigos.

Por esta razão: desenganam-se aqueles que pensam que o PS mudou. Desenganam-se aqueles que pensam que o PS de agora, já não é o PS imobilista, conservador e estatista do passado. Eles podem ter agora uma roupagem diferente, mas eles no essencial são o mesmo. E por isso, desenganam-se aqueles que pensam que vão ser diferentes.

Eles vão continuar a preocupar-se com duas coisas: com mais Estado e sempre com mais Estado, com mais clientela e sempre com mais clientela.

Em tudo o resto eles vão fazer, sobretudo nos próximos meses largos, até às autárquicas, os possíveis e os impossíveis para ficarem quietos e calados.

E é aí, que ou nós somos capazes de ter a iniciativa de os confrontar, de os obrigar a falar e até a recuar, ou então, meus caros Amigos, nós não nos afirmaremos nem como oposição, nem como alternativa e deixaremos o Governo à solta.

E querem um exemplo importante? Eu disse, há poucas semanas, em matéria de referendos: prioridade, referendo europeu; nunca foi feito em Portugal, é urgente e é essencial. Só depois referendo sobre o aborto. Foi o que eu disse. Mais tarde o Engº Sócrates, no discurso de posse veio dizer: prioridade ao referendo europeu, presumindo-se: referendo ao aborto mais tarde.

Passadas duas semanas, mudou de posição, inverteu a sua prioridade. Viram todos publicamente, a posição que entendi assumir, dizendo ao PS: se o Engº Sócrates muda de posição, se inverte as prioridades, se dá o dito por não dito, então não terá o nosso acordo para a revisão constitucional. É com firmeza, dando-se ao respeito, que o PSD se credibiliza e passa a ser um partido respeitado.

Assim, meus caros Amigos, tomando a iniciativa, propondo, nós vamos ao encontro, por um lado, aos interesses do País.

E não levem a mal que eu diga que para além das razões partidárias há razões nacionais. O Partido só se credibiliza se estiver verdadeiramente ao serviço do País.

Falámos, falei aqui ontem, dos jovens, onde estamos a perder a influência apesar do trabalho da JSD. Mas temos essa preocupação? Então temos que tomar nós a iniciativa de tentar propostas e não ficar à espera que o Governo nada faça.

Nós temos preocupação com os idosos. Então nós temos de tomar iniciativas. Nós temos preocupações com o interior — já ontem o disse, faz parte da cultura nacional e da cultura do PSD — então vamos estar à espera que o Governo nada faça pelo interior e não apresentamos nós as nossas iniciativas? Ou as grandes cidades? Onde há problemas de exclusão, de qualidade de vida e de insegurança? Vamos apenas reagir ao que o Governo faz ou não faz? Peço imensa desculpa, mas acho que por razões nacionais, por razões de representação dos nossos próprios eleitores e por razões da própria motivação partidária, nós temos que fazer uma oposição, seja reagir, mas também agir, com iniciativa. É assim, pela positiva também. Confrontando o Governo, obrigando-os a falar, a definir-se e até a recuar, que nós voltaremos a ter o respeito, a confiança e a credibilidade dos portugueses. Isto é essencial em política.

## *Não contem é comigo, para competir com o Partido Socialista em matéria de promessas*

Agora, caros Amigos e Companheiros, não contem é comigo, não contem, não contem comigo para competir com o Partido Socialista ou com o Governo do Engº Sócrates, em matéria de promessas. Com isso, não contem.

Não contem comigo para competir com o Engº Sócrates em saber quem oferece mais empregos, quem faz mais promessas, quem distribui eventual-mente mais benefícios. Quero que saibam o seguinte: a motivação faz-se, a credibilidade afirma-se, não em mostrar que somos parecidos, mas a mostrar que somos diferentes. Não em tentar mostrar que fazemos também um bocadinho daquilo que o Governo quer, que temos também exactamente as mesmas preocupações que o Governo quer.

Não, meus caros Amigos, a vida política democrática e também a vida política do PSD, revitalizam-se com confronto de ideias, com diferenças, com causas e com mudanças. E aqui, a palavra mudança é essencial. Não é pelo PSD deixar de estar no Governo e passar à oposição, que vai deixar de ser o partido da mudança, do reformismo, da renovação, do inconformismo. Não meus caros



# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8,9,10 DE ABRIL DE 2005

Amigos. Até por uma razão muito simples, não contem comigo, de forma alguma, para dizer uma coisa quando estou no Governo e dizer outra coisa quando estou na oposição. Não contem comigo para isso. Não contem.

Acho, caros Amigos, que nós temos que fazer oposição desta forma: com firmeza; ao mesmo tempo de forma séria, construtiva e responsável. Acima de tudo por causa do País. Já ontem falei muito do País, mas deixem-me só acrescentar uma ou duas notas, Amigos e Companheiros!

Se nós nada fizermos, se nós não obrigarmos o próprio Governo a fazer, não sei o que sucede daqui a quatro anos. Mas se chegar ao poder daqui a 4 anos, com o País ainda pior do que hoje, meus caros Amigos, nós aprendemos com Sá Carneiro que o **“País está primeiro”**. Nessa altura, não só as questões do País podem ser ingovernáveis, como nós – nós, Portugal – perdemos competitividade a nível internacional.

A questão é mesmo muito séria, muito séria. Temos vindo ano a ano perder competitividade. Temos vindo ano a ano a afastarmo-nos da Europa. Temos vindo ano a ano a frustrar expectativas dos portugueses.

Meus caros Amigos, eu adoro o PSD! Todos adoramos o PSD! Todos queremos a maior motivação para o PSD. Mas nós sabemos que o PSD é instrumental e tem que estar ao serviço de Portugal. Na oposição pode fazer-se, e muito, isso.

Vejam isto: hoje há em Portugal aquilo a que eu chamo o «imposto político», ou um imposto escondido, ou seja, uma parte significativa dos impostos que os portugueses pagam tem a ver com isto. Com serviços inúteis, com institutos a mais, com funções do Estado que não têm razão de ser, ou estão mal distribuídas. É por isso que depois não é possível baixar os impostos.

Há uns anos atrás, quando tínhamos inflação de 20% e 30%, dizia-se: a inflação é um imposto escondido. Hoje, um Estado que não funciona, uma Justiça que não existe, um Estado enorme como aquele que existe, obriga os portugueses a pagar este imposto escondido e este imposto político.

O PSD não pode deixar que seja o Governo a resolver, até porque provavelmente não resolve. Não pode esperar que seja o Governo a tomar iniciativa. Eles vão fazer os possíveis e os impossíveis para estarem quietos. É esta forma de fazer oposição: firmeza, convicção, credibilidade e iniciativa, que eu vos proponho.

É... sei por isso daquilo que falo... porque já fiz oposição durante vários anos. Mas é sobretudo com a ajuda de todos que vamos fazer Oposição, porque para esta agenda política própria, caros Amigos, ela vai ter que ser discutida internamente, de cima para baixo, das bases até às cúpulas.

## *Directas decididas no próximo Congresso*

Eu posso ter as minhas ideias, mas não vai ser o líder do Partido a impor as suas ideias. Vão ter que ser discutidas e debatidas. Isso é também importante para o Partido, caros Amigos, porque já o disse ontem aqui e quero reafirmar: a questão das directas, é uma questão essencial. Essencial. E nesse debate, não há diferenças. Quando houver, no próximo ano o Congresso para esse efeito, eu votarei a favor. Agora, quero também que saibam o seguinte, a esse respeito, duas coisas só: é que, primeiro, se não



houve directas até hoje, apesar dos Congressos que existiram, a responsabilidade não foi minha. Foi de quem nunca agendou esse tema para os Congressos que se realizaram, dois dos quais, o ano passado.

Mas a outra diferença, a outra diferença essencial, é que eu posso ser a favor, mas não de ser os militantes, as bases em Congresso, a decidirem porque eu não tenho o direito de pensar e decidir por eles. É assim que, verdadeiramente, se respeita a vontade das bases. Ou seja ser-se, não politicamente correcto, mas politicamente genuíno e verdadeiro. O que são coisas muito diferentes. É aquilo que quero ser, enquanto líder do Partido.

E por isso, termino com duas notas, caros Amigos: partilhando convosco com toda a vontade, estas duas notas. Dizem às vezes que eu falo muito à razão e pouco ao coração, com maior racionalidade e menos emotividade.

Quero partilhar convosco isto: eu tenho sentimentos, como todos os que aqui estão. Nas derrotas, naturalmente, sofro como todos. Nas vitórias eu, que tal como muitos, estou no Partido desde 74, rejubilo naturalmente. O PSD é o PSD, nos momentos mais difíceis, nos momentos mais adversos. E por isso, o problema não é um problema de emoção, de afectos; e em política, isso é muito importante. Mas é que neste momento, particularmente neste momento a que chegámos,

particularmente no estado a que chegámos, no País e no Partido, caros Amigos, não chega a emoção. É fundamental a razão, a inteligência. A inteligência na forma de mudar, a inteligência na forma de renovar, inteligência para ter a estratégia que seja mais adequada, a inteligência para ir de encontro aquilo que são os problemas reais do País. O tacticismo pode ser útil, mas aquilo que é estruturante e estratégico é que marca, é que é essencial.

E por isso estas duas coisas são absolutamente essenciais e temos que fazer apelo à inteligência na nossa forma de ser, de estar e de agir, sob pena de suceder isto, meus caros Amigos. Nunca deixaremos de ser o melhor partido português, mas falta-nos aquilo que é mais importante: ser o maior partido de Portugal!

É que eu não me conformo em dizermos somos os melhores, mas não chega, temos que ser os maiores! Voltar a ser exemplo, referência de credibilidade para o exterior.

E é por isso que eu tenho a convicção — é a minha convicção — de que sairemos daqui amanhã: e na segunda-feira, teremos um partido mais renovado, com as suas estruturas em condições de poderem ser regeneradas, revitalizado o debate político, o debate de ideias, com uma nova imagem, uma nova postura e uma nova afirmação, mas sempre com esta preocupação: de unir, não de dividir.

## *Estou aqui para unir, não estou aqui para dividir.*

Estou aqui para unir, não estou aqui para dividir.

Todos são importantes, os dirigentes, os líderes, incluindo o líder que agora cessa, fazem parte da história e do património do PSD e deve ser respeitada sem excepção e ao mesmo tempo, caros Amigos, porque não uma postura séria? Uma postura séria assim: A História, por tudo o que tem de bom de mau é sempre para respeitar. Os dirigentes dos quais discordei, que

combati, são sempre para respeitar.

E acima de tudo, a unidade de todos os militantes, porque a unidade ajudar-nos-á também e muito, a dar credibilidade. Todos somos essenciais e, sobretudo, porque aqui podemos ser opositores, mas na segunda-feira, todos unidos, seremos adversários aos nossos verdadeiros adversários políticos, lá fora, e isso é que é importante. Adversários na defesa dos nossos princípios. Adversários ao Governo, mas nunca do PSD, e fundamentalmente, nunca Portugal!!

Obrigado!

## ORGÃOS ELEITOS

No último dia do Congresso, Domingo, realizaram-se as votações para os diversos órgãos e moções, ficando assim ordenados os órgãos principais do nosso Partido:

### Mesa do Congresso

Presidente: Manuela Dias Ferreira Leite

Vice-Presidentes: Fernando de Carvalho Ruas, António Pinto Leite

Secretários: Jaime Carlos Marta Soares, Ana Manso, M Natália Carrascalão

### Comissão Política Nacional

Presidente: Luís Marques Mendes

Vice-Presidentes: Eduardo Azevedo Soares, Paula Teixeira da Cruz, Arlindo Marques Cunha, Carlos Encarnação, Isabel Damasceno Campos, Pedro Passos Coelho

Secretário-Geral: Miguel Macedo

Vogais: José Macário Correia, Dulce Franco, Telmo José Moreno, Maria de Lurdes Costa Sousa, Vasco Cunha, Regina Ramos Bastos, Maria do Céu Baptista Ramos, Álvaro dos Santos Amaro, Joaquim Coimbra, Vasco Fernando Ferreira Rato

### Conselho de Jurisdição Nacional

Guilherme Silva, Alberto Amorim Pereira, Jorge Bacelar Gouveia, José Gonçalves Sapinho, José Motta Veiga, Filipa Guadalupe Fragata, Francisco José F Martins, Carlos Silva e Sousa, Francisco A T Ferreira

### Conselho Nacional

João Bosco Mota Amaral, Manuel Frexes, António D' Orey Capucho, António Silva Preto, Telmo Daniel Faria, Carlos Pinto, Luís Miguel Goulão Freire, Ana Sofia Bettencourt, Maria das Mercês Borges, Pedro da Vinha Costa, Valentim Santos Loureiro, Bruno Vitorino, Alfredo Oliveira Henriques, João Augusto Martins Taveira, Rui Vítor Costa, Alberto S Santos, Paulo Batista Santos, Luís Rodrigues, Aires Pereira, Jaime Filipe Gil Ramos, Maria de Fátima Ramos, Mauro R D Xavier, Isaltino Morais, Álvaro Amorim Sousa Carneiro, José Paulo Baptista Fontes, Luis Filipe Soromenho Gomes, Manuel Ricardo F Almeida, Mário S C Albuquerque, Sílvio Sousa Santos, José de Almeida Cesário, António Joaquim D Carvalho, Mário Nelson Simões, Carlos Manuel L J Carreiras, José Alberto Pereira Coelho, Rui Ribeiro Rei, António José Proença Amaral, António Jorge F Vale Peixoto, Manuel Martins, Rafael Feliciano, Victor Mendes, Paulo Renato Gonçalves Reis, Gonçalo Dinis Q S Capitão, Paulo Jorge de Lemos Amaral, António J Costa R Dieb, Francisco Covelinhas Lopes, Berta Maria C A Melo Cabral, Paulo Moreira, António Proa, António Joaquim Pimentel, Pedro Miguel Alves C Braga, Hugo José Soares Neto, Rui Manuel Sousa Ramos, Victor Pereira Gonçalves, José Valentim Rosado, Carlos Poço.

## O Discurso de encerramento do nosso Presidente, Luís Marques Mendes: "O partido que quero!"

Anunciada a composição dos órgãos dirigentes e tendo os respectivos titulares ocupado os seus lugares, o Presidente eleito, Luís Marques Mendes, fez o discurso de encerramento, afirmando:

Senhora Presidente da mesa do Congresso, a quem saúdo e cumprimento com muito gosto, com muita estima e amizade e a quem agradeço as palavras

que me dirigiu, Senhores convidados que nos honram com a sua presença, caros dirigentes do Partido agora eleito, estimados dirigentes que cessam funções, caros congressista, participantes e oradores, Amigos, Companheiros, minhas Senhoras e meus Senhores.

Quero saudar, em primeiro lugar, os convidados que temos o privilégio de ter aqui esta tarde.

De uma forma especial queria saudar os representantes de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pedindo aqui, ao Senhor chefe da Casa Civil que lhe transmita o nosso propósito de leal colaboração institucional.

Queria saudar também os representantes dos vários partidos políticos representados na Assembleia da República. A sua presença honra-nos muito, e é prova do exercício de salutar convivência democrática.

Queria saudar, de uma forma particular, o PPM, o Movimento do Partido da Terra, porque concorreu connosco nas últimas eleições e tem deputados seus no nosso Grupo Parlamentar.

Uma saudação muito especial ao CDS/PP, até há pouco tempo nosso parceiro de coligação no Governo, com quem eu próprio tive o gosto privar e de trabalhar no Governo. Tendo, dentro de poucas semanas o seu próprio Congresso, quero desde já desejar-lhes as maiores felicidades.

Uma saudação às confederações empresariais e sindicais que também aqui acolhemos com muito gosto. Neste novo ciclo da vida do País, no mundo empresarial e no mundo laboral, a sua presença, e o seu contributo são importantes para o presente e, sobretudo, para a construção do futuro.

Uma saudação especialíssima ao Corpo Diplomático e aos Senhores Embaixadores, representantes de vários países, amigos que também aqui nos honram com a sua presença e a quem quero testemunhar o respeito, o apreço e a amizade pelos povos que aqui representam.

Uma saudação, um cumprimento, muito especial também, aos dirigentes que cessam funções neste Congresso e em especial ao dirigente cessante, Dr. Pedro Santana Lopes.

Uma saudação igualmente e da maior justiça, ao Secretário-Geral e a todos, todos os funcionários do Partido, que proporcionaram este Congresso com grande eficácia e grande competência. Muito Obrigado!

Por último, e os últimos são mesmo os primeiros, uma saudação a todos os militantes que estão do PSD. Aqueles que estão aqui, aqui neste Congresso, ou aqueles que estão por todos os pontos de País, por esse Mundo inteiro.

Os líderes passam; o Partido, esse, fica sempre. E quem faz acima de tudo a riqueza desta grande instituição que é o PSD, de longe o melhor partido de Portugal, quem faz essa força é a pujança, a motivação, a riqueza dos militantes e simpatizantes do PSD. Bem hajam! Muito e muito Obrigado!



# PORTUGAL, O QUE NOS UNE

XXVII CONGRESSO NACIONAL - 8,9,10 DE ABRIL DE 2005

Caros Companheiros, chega hoje ao fim este nosso Congresso. O Congresso decidiu. Tive a ocasião de dizer ao Congresso que queria ser líder do Partido, para aplicar a minha estratégia, não a estratégia dos outros.

Foi isso que o Congresso me deu de forma clara, aprovando a minha moção de estratégia e todas as listas que apresentei.

Quero por isso, nesta ocasião, dirigir uma palavra especial a todos, a todo o PSD. Obrigado pela confiança. Tudo farei para corresponder à confiança depositada e para honrar o meu compromisso neste novo ciclo que hoje se inicia no PSD e, através dele, para estar ao serviço de Portugal. Esta acção não pode, não deve ser, e não vai ser a minha acção, ou da nova direcção do Partido. Esta é uma acção colectiva, uma acção de todos e de cada um dos militantes do Partido. Conto com todos porque todos são a afirmação do PSD e porque todos são necessários ao trabalho por Portugal.

Neste Congresso, houve duas candidaturas à liderança. Ambas podiam vencer porque ambas correram o risco de perder. E é por isso que saúdo daqui o meu companheiro Luís Filipe Menezes pelo valioso e frontal contributo que deu para o confronto democrático e para o sucesso deste Congresso.

Virou-se um capítulo da história deste Partido. Cai agora sobre os nossos ombros a responsabilidade de prosseguir uma história já longa, de 30 anos, mas uma história que vamos seguramente enriquecer no futuro. Sai deste Congresso uma nova estratégia, uma nova liderança, um novo estilo de fazer política. O Partido é já hoje mais forte do que era ontem e dia a dia vai reforçar a sua força e, sobretudo, o seu prestígio na sociedade portuguesa. Disse ao longo do Congresso, que vinha aqui para clarificar e para unir. A clarificação está feita, a unidade começa agora.

Deste Congresso sai um Partido reforçado e renovado.

No plano externo, um Partido que reafirma a sua posição na Europa e o empenho no projecto europeu. A sua determinação na aprovação do Tratado Constitucional da Comunidade Europeia. Um Partido que sublinha as virtualidades das relações transatlânticas. Elas fundam-se numa comunhão de valores e de interesses: os valores da liberdade, da democracia, da paz, do respeito pelos direitos humanos. Os interesses da segurança, do desenvolvimento e da prosperidade.

Um partido que reafirma o ideal da lusofonia e que quer permanentemente, reforçar as relações com os países africanos de expressão OP a quem nos ligam relações especiais de amizade e de fraternidade e, não esquecendo nunca, Timor. Por estar tão longe, parece por vezes mais esquecido; mas nós nunca esquecemos nem nunca esqueceremos Timor.

Um partido que expressa um particular apreço pelas comunidades portuguesas. Em cada parte do Mundo onde vive um português, sente-se e vive-se Portugal; é também assim que se afirma a língua portuguesa.

E no plano interno, sai deste Congresso um partido com renovação de pessoas com vontade de revitalizar o debate político, o debate de ideias. Com a preocupação de se abrir mais e mais a todos os militantes, com o propósito acima de tudo de se abrir mais ao País para servir melhor Portugal.

Falando pela primeira vez, na qualidade de presidente do PSD, quero por isso falar claro e quero falar do País.

## *Falando ao País: o Governo*

Em primeiro lugar, do Governo. O Governo completou, este fim-de-semana, um mês de vida. Durante o mês, o Governo primou muito mais pela ausência que pela presença. Foram algumas medidas pontuais anunciadas; foram poucas ou nenhuma, as medidas de fundo apresentadas.



Se não há uma segunda oportunidade para causar boa impressão, o que fica destes 30 dias de Governo não é uma grande expectativa. Este Governo dispõe de condições excepcionais, em termos de estabilidade política para governar. Os problemas do País, em particular aqueles que revestem natureza estrutural, não se compadecem com dilações, atrasos ou adiamentos.

Não há eleições autárquicas, presidenciais ou referendos que justifiquem hiatos ou descontinuidades. Cada mês que passa sem a coragem de decidir ou reformar, é um mês de afastamento em relação à Europa. É mais um mês de angústias reforçadas na vida de cada família portuguesa; é mais um mês de preocupação para os desempregados e os excluídos da sociedade; é mais um mês de apreensão para os jovens, em relação ao seu futuro e para os idosos, em relação ao seu presente.

Por isso mesmo, o País reclama mudança. E a mudança que o País reclama, não é uma questão dependente de tecnologia ou de gestão. É uma questão de vontade política: ou há, ou não há; ou se tem, ou não se tem.

Um Governo que criou à partida tantas expectativas, gerou uma responsabilidade, responsabilidade que contraiu e que não pode desiludir. Se for capaz de agir como deve ser, não deixaremos de assumir a nossa postura para saudar; mas nunca seremos muleta do Governo. Mas se não tiver vontade ou capacidade reformadora, fica a saber que conta com a nossa oposição exigente e firme ao serviço de Portugal.

O País sabe que a partir de agora, que a oposição terá a sua agenda política própria. Não vamos ficar à espera do Governo. Vamos ter o nosso próprio programa de iniciativas e de propostas.

Em política, agir é sempre mais importante que reagir. Queremos por isso dizer ao País que há três áreas que merecerão, desde já, a nossa vigilância particularmente exigente: as Finanças públicas, a Economia e as políticas sociais.

O País precisa de credibilidade no domínio financeiro. Ou o País aproveita esta legislatura para fazer o saneamento das FP e para reduzir o excesso de despesa do Estado, ou então baixaremos, inevitavelmente de divisão!

A flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento recentemente realizada, pode ser uma oportunidade; mas pode também constituir uma ameaça. Pode ser a oportunidade de uma consolidação orçamental menos brusca, feita de forma menos radical do que aquela que a partir de 2002 o Governo, liderado pelo PSD, foi obrigado a fazer; ma pode ser uma ameaça se, muito à portuguesa, deixarmos para amanhã aquilo que se pode fazer hoje; se dermos para dentro do Estado e para a sociedade, sinais de laxismo e de facilidade. Está nas mãos do Governo, aproveitar a oportunidade e

evitar esta ameaça.

A tendência socialista é normalmente a de desaproveitar as oportunidades que tem à sua frente. Em nome do interesse nacional não deixaremos de ser exigentes na análise e firmes na denúncia. É esta a nossa obrigação. Importa sempre recordar que somos oposição ao Governo, mas não somos oposição a Portugal.

## *Falando ao País: a Economia*

O País precisa, em segundo lugar, de verdade na política económica. O tempo que vivemos, difícil, complexo e exigente, não se compadece com políticas artificiais, com soluções ilusórias com tentações de intervencionismo ou protecção do Estado.

O novo modelo de desenvolvimento que o País precisa, clama, isso sim, mais economia de mercado: uma aposta determinada no investimento privado e nas exportações; o avanço decidido na economia do conhecimento; uma confiança a sério na da concorrência e no fomento da competição.

Mas a verdade de uma política económica exige ainda uma atenção particular às PME portuguesas. Num país como o nosso, elas não podem ser o parente pobre da economia porque são responsáveis pela importante criação de riqueza e pela criação de importante número de postos de trabalho.

Esta é a verdade que a política económica reclama. Ou há verdade na política económica, ou não há política económica verdadeira.

Portugal precisa, em terceiro lugar, de responsabilidade nas políticas sociais. Somos sociais-democratas. Valorizamos por isso e muito, as políticas sociais. Mas somos acima de tudo, pessoas responsáveis. Apostamos por isso e acima de tudo, na eficiência das políticas sociais. Investir recursos no domínio social, tem sempre justificação. Não é atirando dinheiro para os problemas, que os problemas se resolvem.

Na Segurança Social, na Saúde ou na Educação, o problema português, no essencial, não é um problema de necessidade de mais recursos; é sobretudo, a necessidade de uma nova cultura, desenvolvimento, de rigor, de esforço, de aposta no mérito e na exigência, o que implica no Estado e na Sociedade, reformas corajosas e profundas; não paliativos de ocasião que na prática a nada conduzem.

Ou o Governo se deixa dos complexos e preconceitos ideológicos que normalmente enchem os debates socialistas — como todos vemos — ou então, em nome do interesse nacional, tem que contar com a nossa firme oposição.

Nós, pela nossa parte, sabemos bem o que queremos e o que não queremos; sabemos onde estamos e para onde queremos ir. E, sobretudo, temos pressa e temos pressa, por uma razão muito simples: porque Portugal tem pressa e os portugueses têm pressa.

## *Falando ao País: uma forma diferente de fazer política*

Em terceiro lugar, consideramos chegado o momento de avançar para uma forma diferente de fazer política.

Ao oferecermos a nossa disponibilidade para uma plataforma de desenvolvimento em torno das áreas da Justiça, da Reforma do Estado e das Finanças Públicas, queremos dizer ao País o seguinte: enquanto tivermos uma Justiça que não funciona a tempo e horas; enquanto o Estado for o gigante ineficaz que hoje é; enquanto as Finanças forem o «calcanhar de Aquiles» que hoje são, nem o País avança, nem os empresários investem.

Estas são as três áreas por excelência, dos nossos tradicionais constrangimentos. Estas são três questões prévias a todas as outras. Estas são muito legitimamente três questões que condicionam a atracção do investimento estrangeiro, que prejudicam a vida dos investidores portugueses, que afectam as empresas e a criação de emprego.

Mas, caros Amigos, esta crise, como todas as crises, pode ser um grande momento de oportunidade; oportunidade que não pode ser perdida. Perder esta oportunidade, é perder irremediavelmente o futuro que ambicionamos e o futuro a que os portugueses têm direito.

Saibamos, por isso, a começar pelo Governo, estar à altura deste momento, porque estar à altura deste momento é, sobretudo, estar à altura de Portugal.

Em quarto lugar, os referendos. Quero deixar claro perante o país, a nossa posição.

Há um referendo que é absolutamente prioritário: o referendo europeu. Nunca foi feito em Portugal.

Porque é urgente, porque versa matéria de relevante interesse nacional, o projecto europeu, particularmente importante para a Europa e para nós, portugueses.

Para este, pareceu-me ser o entendimento do PM, no discurso de posse. Tive já a oportunidade de o exprimir; agora, reafirmo o meu ponto de vista.

Se o Governo tiver esta linha de prioridades, contará da nossa parte com a ajuda necessária com a abertura institucional que se impõe; se o PS ou o Governo, cederem à agenda política, ou às prioridades de outros partidos, preterindo aquela que é a prioridade nacional, então fica a saber o PS e o Governo, que não contará connosco; pelo contrário, contará com a nossa firme oposição.

Esta é a nossa atitude da qual não abdicaremos. Formulo aqui votos para isso mesmo, para que o Senhor Presidente da República, a quem compete a marcação dos referendos em Portugal, tenha em atenção a oposição que aqui expressamos. A ele também, ao Sr. Presidente da República, pedimos que tenha em atenção na sua linha de prioridades, aquela que é a prioridade, no interesse nacional.

Caros Amigos e Companheiros, uma palavra final: recomeça aqui e agora, uma nova caminhada; uma caminhada de fundo para o PSD. Sabe hoje o País com o que pode contar da nossa parte; sabe hoje o Governo a oposição firme que terá pela frente.

Apesar de não estarmos no Governo, estaremos, sobretudo, empenhados em que Portugal conheça nos próximos anos, um caminho de estabilidade, sem o qual não é possível reformar e desenvolver o País.

Esperemos que o Governo recém-empossado, não desperdice todas as oportunidades que lhe são dadas. Pela nossa parte nós não desperdiçaremos todos os ensinamentos e experiências que ganhámos, para estar, como sempre, ao serviço de Portugal, continuando a ser o melhor partido português e criando as condições, ao longo destes anos, para voltarmos a ser o maior partido de Portugal.

Pelo PSD, mas acima de tudo, pela nação portuguesa.

Viva o PSD! Viva Portugal

\*\*\*\*

Longos aplausos premiaram o discurso final de Marques Mendes e em seguida, a Dra. Manuela Ferreira Leite, na sua qualidade de Presidente da Mesa do Congresso, deu por terminados os trabalhos, tendo sido entoado, por todos os Presentes, o Hino Nacional, com as notas vibrantes de A Portuguesa” a ecoarem nos ouvidos de todos e a darem ainda mais força a este acto essencial da vida do nosso PSD! - “Povo Livre”





# Carlos Coelho defende reestruturação da Academia Europeia de Polícia

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** considerou, em Estrasburgo, que “*a cooperação policial é fundamental para que se possa proporcionar aos cidadãos europeus um elevado nível de segurança dentro do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Tenho consciência, acrescentou Carlos Coelho, da importância e da necessidade de reforçar e melhorar essa cooperação, como contrapartida à livre circulação e à abolição dos controlos nas fronteiras internas, de modo a se poder combater de forma rápida e eficaz, a criminalidade transfronteiriça, identificar os criminosos e proteger as vítimas*”.

Carlos Coelho considera “*fundamental que exista uma formação e um desenvolvimento contínuo dos serviços de polícia e que se adoptem, ao nível europeu, toda uma série de normas de qualidade comuns para os seus métodos e critérios a utilizar, de modo a garantir um nível mínimo de formação dos serviços responsáveis pela aplicação da lei em toda a União Europeia*”.

Recordando que, “*na sequência das conclusões de Tampere, foi criada, em 2000, a Academia Europeia de Polícia (CEPOL), com a criação de uma rede dos institutos nacionais já existentes em cada um dos Estados Membros*”, Carlos Coelho considera que “*o balanço relativo aos seus primeiros três anos de funcionamento foi francamente positivo, tendo sido realizados progressos consideráveis, apesar das dificuldades causadas pela ausência de personalidade jurídica, de sede e de o orçamento ser financiado pelas contribuições dos Estados Membros. Para resolver os problemas mais urgentes, foram tomadas as decisões, em 2004, de estabelecer a sua sede em Brasmshill e de a dotar de personalidade jurídica*”.

Carlos Coelho apoiou a proposta da Comissão, que pretende substituir a estrutura actualmente existente, por considerar que esta “*se tem revelado ineficaz*

*em diversas ocasiões, e que é importante promover as seguintes alterações:*

- converter a CEPOL num organismo da União, com personalidade jurídica e estatuto próprios.
- dar-lhe competências acrescidas
- um financiamento a cargo do orçamento comunitário
- com sede, órgãos e pessoal próprios (submetidos ao estatuto da UE)
- substituir a votação por unanimidade por maioria simples
- disposições relativas à utilização de todas as línguas oficiais e ao acesso aos documentos”.



O Deputado social democrata apoiou alterações à proposta da Comissão no sentido de “*minorizar o risco de centralização do sistema, que estará assim menos sensível às características próprias inerentes a cada Estado Membro, para além, de que será importante sublinhar que a formação de base deverá manter-se nas academias nacionais, em que a formação a ser dada pela CEPOL terá uma natureza complementar. Sem esquecer que os institutos nacionais deverão funcionar em rede*”.

## Combate à criminalidade com garantia das liberdades dos cidadãos

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, no âmbito do **debate anual sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça**, questionou, em Estrasburgo, a Comissão e o Conselho sobre as iniciativas “*que estão a ser tomadas no sentido de podermos garantir que todos os cidadãos da União possam viver livremente num mundo em segurança, combatendo todas as formas de criminalidade e garantindo as nossas liberdades*”.

Neste debate anual sobre os progressos realizados na construção do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, Carlos Coelho afirmou que “*a nova Comissão não pode ser responsabilizada directamente pelos progressos ou atrasos que se verificaram. Com efeito, 2004 foi o ano em que cessou funções a Comissão Prodi e iniciou funções a Comissão Barroso. Vitorino deu lugar a Frattini*”.

Para o Deputado social-democrata 2004 foi “*um ano histórico sobretudo por 3 razões:*

1º - **A União Europeia alargou-se** e tem agora uma população de mais de 450 milhões de habitantes, passando a ter um maior peso político, geográfico e económico.

2º - Para além da dimensão económica e do mercado interno, passámos a ter uma **responsabilidade partilhada face às ameaças à estabilidade e à segurança**, que não estão confinadas às fronteiras. É o caso do terrorismo - em que não podemos deixar de recordar os trágicos acontecimentos de 11 de Março em Madrid.

3º - O 1º de Maio marcou uma grande mudança na área da Justiça e dos Assuntos Internos, tendo passado a vigorar um **novo quadro institucional**: na área dos vistos, asilo, imigração, passando a aplicar-se a co-decisão com o Parlamento Europeu e a votação por maioria qualificada no Conselho”.

Carlos Coelho sublinhou que as questões colocadas pelos Deputados, quer à Comissão, quer ao Conselho, “*evidenciam as preocupações para as quais pretendemos encontrar respostas, desde a luta contra o terrorismo, à criação do espaço judiciário europeu e à cooperação judicial e policial, à protecção dos direitos fundamentais, ao reforço da acção externa da UE no ELSJ, à integração da Europol na UE, à promoção da confiança recíproca entre Estados Membros e entre os cidadãos e as instituições, à promoção de políticas de transparência e informação, entre outras*”.

A concluir, Carlos Coelho referiu 3 aspectos que considerou “*fundamentais no desenvolvimento da área de Justiça e Assuntos Internos:*

- a entrada em vigor do Tratado Constitucional, com a consequente **supressão da estrutura de pilares**

- que o **processo de co-decisão seja generalizado** e estendido a áreas como a da imigração legal e integração, de modo a garantir uma plena responsabilidade democrática das decisões em todas estas matérias. Uma vez mais lamento o reduzido nível de legitimidade democrática que se tem continuado a verificar, em que o Parlamento é apenas consultado sobre legislação relativa a medidas no domínio da Justiça, e por vezes, mesmo isso é feito mais como um pedido de validação de acordos políticos já alcançados, do que propriamente esperando um verdadeiro contributo.

- que o **controlo judicial seja melhorado com o alargamento da competência do Tribunal de Justiça**”.

Carlos Coelho elogiou ainda o Vice-Presidente da Comissão Franco Frattini pelas recentes posições tomadas na reunião dos Ministros da Justiça do Conselho da Europa contra a pena de morte.



## CAMINHA

### DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Caminha, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2005, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua da Corredoura, nº 22, em, Caminha, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

As listas terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, sita na Rua da Corredoura, nº 22, em Caminha.

### DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos do Estatutos convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 20 de Abril, quarta-feira, pelas 21h00, no Novotel, em Setúbal, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Informações;  
Contas de 2004;  
Orçamento para 2005;  
Análise da situação Político-partidária.

## ENTROCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Entrocamento, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 15h00, na sede do PSD, para dar cumprimento à seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção;

2- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: De acordo com o ponto 5

do artigo 9, do Regulamento Eleitoral, as urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede local do PSD até às 24h00 do dia terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando a Sede aberta, nesse dia, entre as 22h00 e as 24h00.

## FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Ferreira do Zêzere, para reunir no dia 20 de Maio de 2005, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

## FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Figueira da Foz, para uma reunião da Assembleia de Secção, que terá lugar pelas 21h30 de sexta-feira, dia 22 de Abril de 2005, na sede do PSD, sita na Rua da Liberdade, nº 6, na cidade da Figueira da Foz, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1- Informações;  
2- Análise de situação política.

## NÚCLEO DO ESTORIL

### (CASCAIS)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do Núcleo do Estoril, para a Assembleia Eleitoral, que se realiza a 13 de Maio de 2005, das 19h00 às 23h00, na sede do PSD Cascais, Largo da Estação nº 4- 1º - Cascais, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial do PSD do Estoril.

Nota: As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

## NÚCLEO DE SANTA MARINHA

### (VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do Núcleo de Santa Marinha, para reunir no dia 22 de Abril de 2005, pelas 21h30, na sede do Núcleo, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 - 4400 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Apresentação e votação do Relatório de Contas referente ao ano de 2004;

Análise da situação Político-partidária;  
Diversos.

## PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel, para reunir em Assembleia extraordinária, no dia 20 de Abril de 2005, pelas 21h00, na sala de Reuniões da Assembleia Municipal, sita à Rua Joaquim Araújo, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Dar parecer sobre as candidaturas do Partido aos órgãos autárquicos, nos termos do disposto na al) f do nº2 do artigo 50º dos Estatutos do PSD.

## SETÚBAL

Nos termos dos estatutos Nacionais do PSD e a requerimento da Comissão Política de Secção, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal do PSD para reunir, em sessão extraordinária, no dia 20 de Abril de 2005, quarta-feira, pelas 21h30, na sede de Secção de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1º esq, em Setúbal, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Dar parecer sobre a candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Setúbal, a propor pelo Partido Social Democrata.

## VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2005, pelas 21h30, na sede concelhia, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Informações / Análise da situação política local;

Apresentação e aprovação do candidato À Câmara Municipal, nas próximas eleições autárquicas;

Definição do perfil dos candidatos aos restantes órgãos locais.



## CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 15 de Maio de 2005, pelas 15h00, no Auditório da Junta de Freguesia da Amora (Seixal), com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

1- Informações;

2- Eleição do Membro ao Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

3- Eleição dos 47 (quarenta e sete) Representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

4- Análise da Situação Política.

#### NOTA:

1 - As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior, na Sede Distrital de Setúbal do PSD.

## MONDIM de BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Secção da JSD de Mondim de Basto, a reunirem no dia 14 de Maio de 2005, pelas 15h00, a realizar na Sede da JSD - Largo Conde de Vila Real, Mondim de Basto, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política da JSD desta Secção.

#### NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da JSD de Mondim de Basto;



A urna funcionará das 15h00 às 16h30.

### SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2005 (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10, em Santarém, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Votação do relatório de Contas de 2004;
- 3- Congressos da JSD e PSD e actualidade política;

4- Autárquicas: Candidatura do Dr. Moita Flores à CMS.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de MILHEIROS de POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Milheiros de Poiares – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 25 de Maio de 2005, pelas 22h00, no Núcleo Residencial do PSD/JSD de Milheiros de Poiares, sita na Rua Igreja Velha, Freguesia de Milheiros de Poiares, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de Milheiros de Poiares – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 22h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de RIO MEÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Rio Meão – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 14h30, na Sede Provisória do PSD/Rio Meão, sita na Avenida S. Tiago, Freguesia de Rio Meão, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Rio Meão – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 16h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de S. JOÃO de VER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de S. João de Ver – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 14h00, na Sede Local, sita na Rua de São Bento, Freguesia de S. João de Ver, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de S. João de Ver – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de LOUROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Lourosa – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 14h30, na Sede Local, sita na Rua Aldeiro, Freguesia de Lourosa, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de Lourosa – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as

14h30 e as 16h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de PAÇOS de BRANDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Paços de Brandão – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 14h30, na Sede Local do PSD/JSD, sita no Largo da Igreja, Freguesia de Paços de Brandão, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de Paços de Brandão – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 16h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de S. PALO de OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de S. Palo de Oleiros – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 15h00, na Junta de Freguesia de S. Palo de Oleiros, sita na Rua das Pedras, Freguesia de S. Palo de Oleiros, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de S. Palo de Oleiros – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 16h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD de Santa

Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### NÚCLEO RESIDENCIAL de FIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Fiães – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Maio de 2005, pelas 14h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua dos Descobrimentos, Freguesia de Santa Maria da Feira, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de Fiães – Santa Maria da Feira

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 16h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

### ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almada, a realizar-se no próximo dia 29 de Abril de 2005, pelas 21h15, na Sede Concelhia, sita na Rua D. João de Castro, n.º 52, R/c, em Almada, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e votação do relatório de actividades e contas do ano de 2004;
- 3- Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2005;
- 4- Aprovação dos candidatos da JSD às Assembleias de Freguesia do Concelho de Almada;

5- Aprovação da proposta à CPD e ao Conselho Distrital de Setúbal dos Candidatos da JSD à Câmara Municipal e Assembleia Municipal;

6- Análise da Situação Político-partidária.

# Reunião da Comissão Política Nacional

Na passada segunda feira, imediatamente após o nosso XXVII Congresso, o novo Presidente do Partido, Luís Manuel Marques Mendes fez a sua primeira entrada, nessa qualidade, na sede nacional.

Acompanhado pelo Vice-Presidente Azevedo Soares e pelo Secretário-Geral Miguel Macedo, foi recebido pelo Secretário-Geral Adjunto, José Matos Rosa, que na reunião da Comissão Política nacional do dia seguinte seria reconduzido na função.

No átrio da sede, o Marques Mendes foi acolhido pelos funcionários do Partido que aqui exercem a sua actividade, tendo-os saudado um a um, como velhos conhecidos e amigos. Em seguida, subiu ao andar das instalações presidenciais, onde trabalhou durante algumas horas, no que será o seu gabinete pessoal nos próximos anos.

Foi marcada para terça feira a primeira reunião da CPN sob a sua presidência, durante a qual seriam tomadas importantes decisões relativas às



próximas autárquicas, começando por uma reunião com todas as distritais, hoje, quarta-feira, para iniciar a preparação do acto eleitoral, processo que contará com o apoio de uma comissão presidida por Dias Loureiro.

Esta decisão (de criar uma Comissão Nacional Autárquica) foi assim tomada na primeira reunião da Comissão Política Nacional do PSD realizada após o Congresso de Pombal.

Em declarações aos jornalistas no intervalo da reunião, o vice-presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, adiantou que a Comissão Nacional Autárquica terá como função “coadjuvar a comissão política do partido” no desenvolvimento da estratégia eleitoral para as próximas eleições autárquicas, a realizar em Outubro.

A Comissão Nacional Autárquica, que será presidida pelo ex-presidente da Mesa do Congresso Manuel Dias Loureiro, irá ainda integrar o novo secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, e o seu antecessor no cargo, Miguel Relvas.

“Apesar de haver a tradição de todo o processo (das autárquicas) ser iniciado pelas secções e distritais, a Comissão Política Nacional não se pode alhear de



todo o processo”, explicou Pedro Passos Coelho, justificando a decisão da direcção do partido de se reunir com todas as distritais.

Estabelecendo como objectivo para as eleições autárquicas conquistar “mais câmaras municipais que o PS”, Pedro Passos Coelho reafirmou que capitais de distrito são “a prioridade” da direcção do partido no processo de preparação das autárquicas.

“Até final de Abril, as principais situações estarão definidas”, sublinhou, insistindo que a Comissão Política Nacional “tem bastante urgência” em decidir quais os candidatos que irá apresentar nas capitais de distrito.

Na reunião de ontem, a direcção do PSD analisou ainda a situação política nacional, nomeadamente o primeiro mês de governação socialista, que, segundo



Pedro Passos Coelho, “tem primado mais pela ausência do que pela presença”.

O vice-presidente do PSD exortou ainda o Governo a apresentar o Orçamento de Estado Rectificativo para 2005 antes do encerramento da Assembleia da República para as férias de Verão.

“É fundamental que o Governo dê sinais claros de qual a política macroeconómica que vai seguir”, considerou Pedro Passos Coelho, reiterando que o PSD espera que o executivo de José Sócrates apresente o Orçamento de Estado Rectificativo “antes do Verão”.

“Esperamos que a iniciativa possa ocorrer antes do final deste legislatura, caso contrário, só teremos Orçamento Rectificativo conjuntamente com o Orçamento para 2006, o que já é tarde demais”, afirmou.

A nova direcção do PSD decidiu também nomear três secretários-gerais adjuntos: José Manuel Matos Rosa (que desempenhava o mesmo cargo na anterior comissão política), Duarte Pacheco e Jorge Paulo Roque da Cunha.

O novo secretário nacional para a Emigração será José Cesário e para director do jornal do partido - Povo Livre - foi nomeado José Luís Moreira da Silva.

A Comissão Política Nacional do PSD, que passará a reunir-se quinzenalmente, marcou ainda para 6 de Maio, em Santarém, a comemoração do 31º aniversário do partido. - PL